



Câmara Municipal de São Sebastião do Rio Verde

Estado de Minas Gerais

Requerimento nº 002/2026

São Sebastião do Rio Verde, 02 de fevereiro de 2026.

Assunto: Solicitação de informações sobre a reforma da Escola Municipal Padre Francisco de Freitas Carvalho, prazo de garantia da obra e notificação da empresa executora.

DESTINATÁRIO: Excelentíssimo Senhor Paulo Henrique de Souza Pinto, Prefeito Municipal de São Sebastião do Rio Verde – MG.

Exma. Sr. Yara Regina Paes Pinto, Presidente da Câmara,

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, após ouvido o douto Plenário, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para que preste os seguintes esclarecimentos e tome as providências cabíveis quanto à interdição da unidade escolar supracitada:

1. DOS QUESTIONAMENTOS

Considerando que a escola se encontra interditada devido a problemas estruturais ou falhas na execução de obras recentes, requer-se:

- Data de Execução: Em qual data a última reforma ou obra estrutural foi concluída e entregue oficialmente ao município? (Favor encaminhar cópia do Termo de Recebimento Definitivo).
- Identificação da Empresa: Qual a empresa responsável pela execução da obra e qual o número do processo licitatório/contrato correspondente?
- Prazo de Garantia: Qual o prazo de validade/garantia estabelecido no edital e no contrato para a referida obra?

2. DAS PROVIDÊNCIAS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Conforme estabelece o Art. 618 do Código Civil Brasileiro, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro responde, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Diante disso, caso a obra ainda esteja dentro do prazo de garantia legal ou contratual, requer-se:

- A notificação imediata da empresa responsável para que realize os reparos necessários sem custos adicionais ao município.
- A realização de perícia técnica para identificar se os defeitos decorrem de falha na execução ou má qualidade dos materiais empregados.

Justificativa:



Câmara Municipal de São Sebastião do Rio Verde

Estado de Minas Gerais

A interdição de uma unidade escolar prejudica o calendário letivo e o direito constitucional à educação. Sendo o prédio um patrimônio público, é inadmissível que novas reformas sejam pagas com dinheiro do contribuinte se o vício de construção ocorreu dentro do período de responsabilidade da empreiteira. Zelar pelo dinheiro público é dever desta administração e deste parlamentar.

Nestes termos, pede deferimento.

Atenciosamente,

Ver. Gabriel Alexandre
Câmara Municipal de São Sebastião do Rio Verde

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE
PROTOCOLO

nº 1612026

hora 13:53 Data: 02/02/2026

responsável: